



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 1

“INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA

MR1.1. - A integração latino-americana em perspectiva histórica

EMENTA

Esta mesa-redonda/GT analisará a história da integração latino-americana. Seus eixos temáticos são: (i) Fases da integração latino-americana. (ii) Origens e evolução dos processos de integração latino-americanos: semelhanças e diferenças. (iii) O nacional-desenvolvimentismo e o ideal da integração latino-americana nos anos 1950-1960. (iv) A integração latino-americana e o ciclo autoritário dos anos 1970-1980. (v) A integração latino-americana e a globalização neoliberal dos anos 1990. (vi) A nova esquerda e a integração latino-americana nos anos 2000.

Coordenador: George Sturaro: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA – BRASIL)
Amado Luiz Cervo: Universidade de Brasília e Instituto Rio Branco - (UNB/IRBR- BRASIL)
Mario Rapoport: Universidad de Buenos Aires - (UBA- ARGENTINA)
André Luiz Reis da Silva: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - (UFRGS – BRASIL)
Osvaldo Luis Angel Coggiola: Universidade de São Paulo (USP – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

GRUPO DE CONTADORA E APOIO: A EXPERIÊNCIA MULTILATERAL PARA A PAZ NA AMÉRICA CENTRAL (autor(es/as): **Ariane de Oliveira Saraiva**).

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA RODOVIA INTEROCEÂNICA PARA A CIDADE DE PORTO-VELHO (autor(es/as): **Fernando Corrêa dos Santos**).

O CARÁTER INTERNACIONALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA, SEGUNDO O PENSAMENTO POLÍTICO DE ERNESTO CHE GUEVARA (1959-1967) (autor(es/as): **Kauê Carlino Sichinel**).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE ECONÔMICO CEPALINO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (autor(es/as): **Vinicius Figueiredo Silva**).

MR1.2. - A economia política da integração regional latino-americana

EMENTA

A mesa-redonda examinará os problemas políticos e econômicos dos diferentes processos de integração latino-americanos em perspectiva comparada. A mesa pretende refletir sobre: (i) a natureza intergovernamental da maioria dos processos de integração regional na América Latina; (ii) o papel das instituições supranacionais e intergovernamentais nas experiências de integração regional; e (iii) as assimetrias econômicas existentes entre os países latino-americanos e seus reflexos sobre o andamento dos processos e das propostas de integração regional.

Coordenador: Alexsandro Eugenio Pereira – Universidade Federal do Paraná (UFPR-BRASIL)
Rafael Freire: Central Sindical das Américas (CSA- BRASIL)
Marcelo de Almeida Medeiros: Universidade Federal de Pernambuco - (UFPE-BRASIL)
Luiz Daniel Jatobá França: Universidade de Brasília - (UNB-BRASIL)
Paulo Roberto de Almeida: Ministério das Relações Exteriores do Governo Brasileiro - (MRE-BRASIL)

CHINA E MERCOSUL: REFLEXOS DE UMA RELAÇÃO (autor(es/as): **ADRIANA SOUZA BENATTI**).

MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA (autor(es/as): **ALEXANDRE ANDREATTA**).

INSERÇÃO DA AMÉRICA LATINA NA GLOBALIZAÇÃO: RELAÇÕES ENTRE EQUIDADE SOCIOECONÔMICA E SIMBÓLICA (autor(es/as): **Edson Capoano**).

FLUXOS COMERCIAIS NA FRONTEIRA COM O PARAGUAI (autor(es/as): **ELOISA MAIESKI ANTUNES**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011). (autor(es/as): **marcelo de souza Freitas**).

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO MERCOSUL: INSTRUMENTOS LEGAIS E REALIDADE (autor(es/as): **Fabiane Mesquista**).

A governança global da cooperação internacional para o desenvolvimento: uma análise das instituições, da participação e da eficácia (autor(es/as): **Diego Henrique da Silva Baptista**)

MR1.3. Cenários e tendências da integração latino-americana

EMENTA

Desafios e oportunidades da integração latino-americana no futuro próximo. A integração regional na visão das "novas esquerdas". O papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais na integração regional. A integração das economias e da infra-estrutura. "Novos temas" da integração regional: democracia, direitos humanos e justiça social. O papel da integração regional nas relações da América Latina com o resto do mundo.

Coordenadora: Karla Gobo – Faculdade Internacional de Curitiba - (FACINTER - BRASIL)
Rafael Duarte Villa: Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)
Marcelo Coutinho: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (UESP/UERJ - BRASIL)
Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha): Parlamento do MERCOSUL – (PARLASUL – BRASIL)
Robson Cardoch Valdez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE NO MERCOSUL: O PAPEL DA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA A NÍVEL CULTURAL (autor(es/as): **Ariane Saraiva**)

SEGURANÇA INTERNACIONAL: A participação latino-americana no caso haitiano no Conselho de Segurança (autor(es/as): **Caroline Cordeiro Viana e Silva**)

INTEGRAÇÃO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA: AVANÇOS E CONTINUIDADES DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA/2000-2010) (autor(es/as): **Danielle Rodrigues da Silva**)

INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL AMERICANA (IIRSA): UM ENFOQUE NAS ESTRADAS AMAZÔNICAS (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

O PAPEL DO MERCOSUL NA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA: UM BALANÇO PRELIMINAR E ALGUMAS HIPÓTESES (autor(es/as): **George Wilson dos Santos Sturaro**)

Caminhos para a integração: a concepção das Organizações Internacionais acerca da educação. (autor(es/as): **Tchella Fernandes Maso**)

MR1.4. A efetivação dos direitos fundamentais na América Latina

EMENTA

A presente Mesa Redonda/GT tem por finalidade debater a efetivação dos direitos fundamentais na América Latina. Os temas abordados serão: (i) as dificuldades de ordem política e econômica, entre outras, para a efetivação dos direitos fundamentais na região e (ii) a contribuição das organizações regionais para a efetivação dos direitos fundamentais nos seus Estados membros.

Coordenadores: Eduardo Biacchi Gomes - Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL - BRASIL) Cíntia de Almeida Lanzoni (PUC-PR - BRASIL)

Andrea Benetti Carvalho de Oliveira: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Francielle Morez: Centro Universitário de Curitiba - (UNICURITIBA - BRASIL)

Ronald Silka: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

Igor Koltun Rebutini: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

PRIORIDADES ATENDIDAS PELOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE NAS FRONTEIRAS (autor(es/as): **Carla Gabriela Cavini Bontempo**)

AQUESTÃO INDÍGENA E O ESTADO BRASILEIRO (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

O PACTO PELA SAÚDE NAS CIDADES-GÊMEAS DA FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL COM A ARGENTINA E O URUGUAI (autor(es/as): **Lislei Teresinha Preuss**)

A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DO MERCOSUL (1991 – 2011) (autor(es/as): **Ludmila Andrzejewski Culpi**)



INTEGRAÇÃO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA: AVANÇOS E CONTINUIDADES DA INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA/2000-2010)

DANIELLE RODRIGUES DA SILVA*

danni2912@gmail.com

Resumo

A Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), concebida durante a Cúpula de Brasília, em 2000, como foro de coordenação e intercâmbio de informações sobre infra-estrutura entre os governos dos doze países da região, é um dos exemplos de que a integração regional vem passando nos últimos anos por um processo de institucionalização. O objetivo deste artigo é analisar, a partir da Política Externa Brasileira para Integração Regional, os avanços e continuidades dos projetos em infra-estrutura no âmbito da IIRSA em seus dez anos de duração (2000-2010). Se em um primeiro momento teve destaque um dos seus princípios norteadores da IIRSA, isto é, a liderança compartilhada entre iniciativa pública e privada, a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), há o redirecionamento para a iniciativa pública, considerando que o Brasil passa a encabeçar os financiamentos de projetos em infra-estrutura por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Este processo constitui o avanço da institucionalização da integração regional, assim como a expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul, abrangendo ainda a mudança de alguns princípios da Iniciativa no momento em que esta passa a compor a estrutura do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), em 2010, e passa a assumir, por exemplo, a importância da participação cidadã.

Palavras-chave: IIRSA, Infra-Estrutura, Integração, América do Sul.

*Danielle Rodrigues da Silva é mestranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, graduanda em Ciências Sociais pela UFPR e graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário UNINTER.



1 – INTRODUÇÃO

A integração da infra-estrutura física regional tem sido uma das prioridades da política externa brasileira nos últimos anos e um dos temas mais importantes na agenda multilateral dos países da América do Sul. O desenvolvimento da infra-estrutura de um país e de uma região é condição *sine qua non* para o seu desenvolvimento, assim como é base para qualquer pretensão de inserção internacional competitiva. Fala-se muito a respeito das deficiências logísticas e de infra-estrutura tanto nacionais quanto regionais. GALEANO (1976), por exemplo, comentava na década de 1970 sobre a falta de conexões terrestres permanentes entre o Brasil com a Colômbia e o Peru com a Venezuela, assim como o fato de que grande parte do comércio intra-regional permanecia transportado somente por vias marítimas.

A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) foi concebida durante a Cúpula de Brasília, em 2000, como um foro de coordenação e intercâmbio de informações sobre infra-estrutura entre os governos dos doze países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Ecuador, Guyana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Fruto da experiência brasileira com os chamados Eixos Nacionais de Integração¹, uma iniciativa do Ministério do Planejamento brasileiro e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a IIRSA iniciou sua vida com um horizonte temporal de dez anos (2000-2010).

Se por um lado, isto é, em aspectos institucionais, a IIRSA visava a promoção do desenvolvimento regional da infra-estrutura de transporte, energia e comunicações, de forma sustentável e eqüitativa, através da integração física dos países sul-americanos, algumas críticas afirmavam que

A IIRSA constitui um dos projetos mais ambiciosos de articulação e reordenamento territorial jamais vistos, localizada na região do mundo que possui as maiores riquezas em termos de biodiversidades, água e oxigênio, e com enormes reservas de recursos energéticos e de quase todos os minerais estratégicos. [...] A IIRSA e o Plano Puebla-Panamá são duas partes de um

¹ O estudo chamado de Eixos Nacionais de Integração foi apresentado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994, pelo então Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no governo Collor, Eliezer Batista da Silva. Integrando-se ao PPA 1996-1999, os Eixos Nacionais de Integração definiam dois eixos de integração continental e cinco eixos de integração nacional. A ideia de construir uma ligação transcontinental por via terrestre integrando o Oceano Atlântico ao Pacífico já apresentava discussões e posicionamentos quanto a sua viabilidade sendo que para o PPA 2000-2003, já havia um ajustamento geográfico agora sem a saída para o Oceano Pacífico.



mesmo projeto de reorganização territorial do continente a partir de critérios de controle e de mercantilização profunda. Natureza, geografia e sociedade colocadas à disposição das necessidades da acumulação capitalista e da competição. Não há nenhuma outra região do mundo que ofereça semelhantes possibilidades [...]. (CECEÑA, 2008:18)

Este artigo não pretende dar enfoque às críticas da IIRSA (Ceceña, 2008; GARZÓN, 2008.) mas sim observar a partir de uma pesquisa de caráter essencialmente exploratório e descritivo, quais foram os avanços, mudanças e continuidades deste ousado plano de integração regional em infra-estrutura. Este estudo faz parte da pesquisa realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Relações Internacionais pela Faculdade Internacional de Curitiba, intitulado *Política Externa Brasileira e Integração Regional: A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (2000-2010)*.

O objetivo principal deste artigo será, portanto, apresentar os avanços e continuidades dos projetos em infra-estrutura no âmbito da IIRSA (2000-2010), a qual passou a compor desde 2010 a estrutura do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), órgão integrante da União das Nações Sul-americanas (UNASUL). O pano de fundo para esta abordagem será a Política Externa Brasileira para Integração Regional no período 2000-2010, observando especificamente o aspecto da liderança brasileira na região sul-americana. Para tanto além da revisão de literatura sobre PEB (Política Externa Brasileira), o método de pesquisa utilizado foi o de análise documental, a partir dos documentos e relatórios disponibilizados no Banco de Dados de Projetos IIRSA no site institucional www.iirsa.org

Ainda que constituísse um dos princípios utilizados para nortear as ações dos países e das instituições financeiras envolvidas na IIRSA, a coordenação público-privada visando à formação de lideranças compartilhadas entre os governos e os setores empresariais privados não demonstrou ter logrado êxito. Segundo o Relatório de 2011 elaborado pela IIRSA e aprovado pelo Comitê Coordenador do COSIPLAN, no que tange ao tipo de financiamento da Carteira de Projetos, 74,4% dos investimentos corresponderiam a projetos de caráter público. De acordo com o Ministro brasileiro João Mendes Pereira, responsável pela Coordenação-Geral de



Assuntos Econômico para a América Latina e Caribe, o governo brasileiro teria aprovado desde o ano de 2003 cerca de US\$ 14 bilhões distribuídos entre 100 financiamentos de projetos de infra-estrutura regional, projetos estes aprovados ou em vias de aprovação.

Em um primeiro momento serão apresentadas as principais características da Política Externa Brasileira para Integração Regional, enfatizando as continuidades e rupturas entre o segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Na segunda seção deste artigo a IIRSA será apresentada em seus aspectos institucionais enquanto iniciativa de integração regional inserida no contexto do chamado Regionalismo Estrutural. Finalmente serão apresentados os avanços dos projetos em infra-estrutura no âmbito da IIRSA nos dez anos desta iniciativa.

Em linhas gerais foi observado que a inexistência de uma liderança efetivamente compartilhada entre iniciativa pública e privada, tal como sugeriam os princípios norteadores da IIRSA, não impediu que o processo de institucionalização da integração regional prosseguisse, vide a incorporação da IIRSA à COSIPLAN (UNASUL) em 2010. Conforme apontou VASCONCELLOS (2011) a falta de aprofundamento nos debates em torno da IIRSA demonstrou um claro sinal de deficiência na integração política, o que poderia nos direcionar não ao aclamado “desenvolvimento” regional, mas, principalmente, às desestruturas sociais regionais.

2 – POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

O perfil da Política Externa Brasileira está assentado em uma identidade múltipla e heterogênea, em termos étnicos e culturais, sendo a cooperação, a não-confrontação e o respeito ao direito internacional os seus princípios norteadores centrais (CERVO, 2008). A integração regional sul-americana, tida como estratégia de inserção internacional competitiva, começou a tomar corpo e forma definidos a partir do processo de redemocratização vivido em meados



da década de 1980, assim como as transformações advindas do Pós Guerra Fria.

Esta estratégia partia do pressuposto de que os países sul-americanos deveriam priorizar as ações de coordenação e cooperação regional, por sua vez mais voltadas para a superação individual das assimetrias, a despeito das ações pautadas em modelos de um desenvolvimento nacional desenvolvimentista. Neste sentido as relações de um país com seus vizinhos condicionariam as possibilidades de desenvolvimento, podendo acelerar tal processo quando incorporadas aos quadros estratégicos de política externa. CERVO (2008:200). A partir do momento em que o Brasil assume o objetivo de tornar a América do Sul sua plataforma de expansão, abre-se um espaço cada vez mais amplo para questionamentos e debates acerca da condução da política externa brasileira, principalmente no que tange à pretensa liderança regional brasileira. Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores, em discurso durante a palestra de encerramento do Curso para Diplomatas Sul-Americanos, no ano de 2006 dizia que “A integração virá. A questão é saber qual integração virá.”.

A integração em infra-estrutura, por exemplo, veio e está viva, vide a inserção da IIRSA (2000-2010) na estrutura do Conselho de Infra-estrutura e Planejamento (Cosiplan), órgão integrante da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em junho de 2010. Conforme afirmava COUTO (2010), o ideal de integração regional vem passando nos últimos anos por um processo de institucionalização. Um dos aspectos que mais chamam a atenção neste processo é o fato de que a liderança brasileira, pautada principalmente na expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul, ora tida como hegemônica, parece não possuir uma coordenação entre estratégias domésticas para a integração estrutural (RIBEIRO e KFURI, 2011:115). A seguir observaremos os principais aspectos da Integração Regional na Política Externa Brasileira a partir do Pós Guerra Fria.



A fim de contextualizar o projeto de integração regional IIRSA nos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010), faz-se necessário uma retrospectiva que pontue os principais fatos concernentes a temática da integração regional. A década de 1980 como um todo representou para a política externa um abandono gradual da reprodução da dinâmica global bipolar, na medida em que inseriu diversos sistemas e subsistemas regionais de poder, os quais passaram por sua vez a adquirir maior autonomia no cenário internacional. A ênfase da década de 1990 deve-se principalmente ao processo de redemocratização o qual alterou substancialmente as condições de formulação e decisão da política externa, assim como possibilitou uma cooperação diplomática que passou a flexibilizar aquela postura de insulamento burocrático, articulando diferentes esferas de poder, o que resultou, por exemplo, em uma divisão de espaço com os fenômenos da diplomacia presidencial e partidária.

Foi principalmente a partir do relaxamento do pós Guerra Fria que surgiu na pauta da política externa brasileira novos projetos de cunho mais regionalista SENES (2004:58). Os avanços tecnológicos materializados nos processos produtivos e nos meios de comunicação, bem como o esgotamento do Estado Social, a ascensão da “Nova Ordem Mundial”, pautada em valores democráticos, livre comércio e uma “cultura consumista” foram apontados por BARNABÉ (2009) como alguns dos elementos para análise da configuração internacional contemporânea. O Consenso de Washington, considerado um receituário neoliberal constituído por um conjunto de medidas econômicas e direcionado aos países em desenvolvimento, influenciou diretamente a tomada de decisões e no trato das relações entre os países.

Neste contexto o Regionalismo Aberto se insere nos arranjos político-econômicos voltados para impulsionar o desenvolvimento dos países visando tanto a competição no mercado globalizado quanto um fortalecimento enquanto bloco regional para enfrentar pressões resultantes da nova ordem econômica. A integração regional sul-americana significou neste contexto a consolidação do processo de abertura econômica e a superação do modelo de industrialização por substituição de importações, assim como uma gradual aproximação com caráter de cooperação comercial entre os países. Segundo



LIMA (2005:17) a integração apresentava-se naquele momento como um “[...] mecanismo defensivo e adicionador de barganha internacional” sendo que o “ineditismo, do ângulo da política externa, está no fato de o movimento equilibrador estar localizado no âmbito regional.”

O processo de integração regional teve seu marco com os primeiros acordos celebrados entre os presidentes brasileiro José Sarney (1985-1990) e o argentino Raúl Alfonsín (1983-1989), o que culminou com a fundação do Mercosul, a partir do Tratado de Assunción, em 1991. A criação do Mercado Comum do Sul representaria para além de uma resposta ao contexto de globalização e dos seus objetivos marcadamente econômicos, um dos passos firmes do projeto político entre Argentina e Brasil, o qual também atraiu o interesse de Paraguai e Uruguai. FERRER (2000) apresenta uma interessante perspectiva do Mercosul, isto é, para além de uma experiência voltada tão somente à integração econômica e comercial, mas ao objetivo maior de soldar politicamente os Estados-membros.

2.1 - POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E INTEGRAÇÃO REGIONAL NOS GOVERNOS FHC (1995-2002)

Fernando Henrique Cardoso representava à época de sua candidatura (1995-1999) a continuidade do governo de Itamar Franco, principalmente por encabeçar o Plano Real, garantindo assim ao país certa estabilidade econômica, de modo a resolver os problemas latentes da hiperinflação. O seu primeiro governo foi pautado, segundo LESSA E COUTO (2010), em uma política externa de atuação bastante pragmática. Destaca-se a incorporação de modelos neoliberais inspirando as políticas interna e externa, a consolidação do paradigma de Estado Normal e a retomada da agenda Collor.

A política externa planejada a partir dos planos plurianuais pautava-se, conforme exposto pelos autores acima citados, no receituário do Consenso de Washington. Ou seja, ao Estado cabendo ao mesmo um papel secundário ou terciário na economia, devendo tão somente atrair investimentos externos através da prática do “bom comportamento”. MONIZ BANDEIRA (2010) chama a atenção para as tensões que percorreram toda a década de 1990, assim como partes da década de 2000, objetivando a constituição de uma América do



Sul coesa em várias frentes. A tentativa estadunidense de criação e implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1994, significaria uma redução de Argentina e Brasil como “províncias avançadas do Império”. CECEÑA (2009) apontava neste sentido a contribuição dos estudos de Ruy Mauro Marini para análise do fenômeno de surgimento dos hegemon regionais.

A partir de um encadeamento e da reprodução das dinâmicas capitalistas surgiriam países conhecidos como hegemon, ou seja, aqueles que embora associados a um país hegemônico, desempenhariam regionalmente sua ‘hegemonia’ moderadora. A política externa no governo Cardoso colocava-se em uma posição “[...] em que a ação externa se daria em um contexto de colaboração com iniciativas resultantes de órgãos internacionais, evitando assumir um papel internacional que resultasse em responsabilidades e riscos” (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007:47). As recomendações do Consenso de Washington abrangiam, no Brasil, por exemplo, a abertura do mercado de consumo e de serviços, políticas preferenciais das empresas públicas às companhias estrangeiras, objetivando em tese libertar o Estado das empresas públicas, possibilitando assim alguma competitividade.

As privatizações geraram efeitos generalizados na América Latina, dentre os quais podemos citar o aumento da transferência de renda ao exterior, a inadimplência e as recorrências ao FMI (Fundo Monetário Internacional) (Cervo e Bueno, 2008). O Plano Plurianual (PPA) de 1995 foi coordenado pelo então ministro do planejamento, José Serra. Tratava da consolidação do pensamento liberal presente no cenário latino-americano, pautando-se na premissa da estabilidade econômica. As estratégias de ação visando ao desenvolvimento priorizavam a construção de um Estado moderno e eficiente, a redução dos desequilíbrios espaciais e sociais, assim como a inserção e modernização competitiva do país.

O contexto de crises na década de 1990 contabilizou em 1995, a Crise Mexicana; em 1997, a Crise dos Tigres Asiáticos, em 1998, a Crise Russa e em 2001, a crise na Argentina. A primeira, por exemplo, serviu no contexto brasileiro como o primeiro enfrentamento satisfatório do Plano Real. Já a de 1997, com a agitação dos mercados e as rápidas transferências de capitais, encontrava uma Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) contando, segundo



dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos), com uma das piores quedas do mundo, o que demonstraria a vulnerabilidade do país frente aos mercados internacionais. A Crise Russa de 1998 contribuiu para o descrédito dos países emergentes em relação aos investidores externos, juros elevados (afastando ainda mais os investidores), desvalorização das commodities e, em 1999, a desvalorização da moeda brasileira.

Esta desvalorização do Real marcará a transição dos paradigmas de Estado Normal e de Estado Logístico (Cervo, 2008). As relações internacionais do Brasil deram origem a quatro paradigmas, o liberal-conservador (século XIX a 1930), o Paradigma Desenvolvimentista (1930-1990)², (1930-1989), o Estado Normal e o Estado Logístico. Segundo Cervo, estes três últimos são coexistentes e integram a política externa brasileira desde a década de 1990. Segundo MACHADO (2009:20), os preceitos neoliberais “ajudaram a consolidar a democracia, a estabilização democrática e a promoção da responsabilidade fiscal no governo.”. No entanto, a partir da crise da Alemanha, em 2001, entrou em crise também o modelo inspirador do neoliberalismo brasileiro. O Plano Plurianual (PPA) (2000-2003)³ representou para a política externa brasileira uma maior aproximação dos vizinhos, tendo apresentado, inclusive, pela primeira vez algumas premissas da política externa brasileira.

² O Paradigma Desenvolvimentista (1930-1990) teve um contexto inicial de pressões externas advindas da crise econômica de 1930, a queda das importações e exportações, assim como os impulsos à modernização e desenvolvimento do país. Segundo Cervo (2008), são três as principais noções de origem deste paradigma: consciência da transição; desenvolvimento como vetor da política exterior; realismo de conduta. O Paradigma Normal, também chamado de Neoliberal, foi uma corrente de pensamento desenvolvida pela inteligência política latino-americana e abrange, segundo Cervo (2008), o período 1990-2002. Em 1989-90, foram eleitos nos grandes países latinos diversos presidentes neoliberais. Os monetaristas, em sua grande maioria com formação norte-americana, faziam-se ativamente presentes nos pólos decisórios, defendendo a função estatal de prover a estabilidade econômica – leia-se, estabilidade monetária- e ao mercado a função de prover todo o resto, inclusive o desenvolvimento nacional. O neoliberalismo fez-se presente na América Latina através do regionalismo aberto cepalino e deste pensamento monetarista. Segundo Cervo, “Os neocepalinos propunham uma simbiose, combinando uma abertura ampla da economia, requerida pela globalização, com integração bilateral ou regional, feita de preferências comerciais e de maneira a controlar eventuais efeitos negativos da abertura.” (CERVO, 2008:79).

³ O PPA 2000-2003 foi elaborado a partir de uma projeção de cenário que conciliava crescimento econômico e estabilidade de preços. Estimava-se para o período taxas de crescimento real do Produto Interno Bruto - PIB de 4,0% para o ano de 2000 e 4,5%, 5,0% e 5,0% para os anos de 2001, 2002 e 2003 respectivamente. O crescimento médio previsto foi de 4,6% ao ano, valor que pode ser considerado elevado inicialmente, mas que se mostra modesto se levarmos em consideração as necessidades de crescimento do emprego e renda e as taxas de crescimento históricas da economia brasileira entre as décadas de cinquenta e oitenta. (Site Institucional Avança Brasil: http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/content/cen_macro/conteudo.htm). Acessado em 10/04/2011.



Em síntese, o PPA chamava a atenção para uma maior participação brasileira nas relações econômicas internacionais, bem como a discussão dos chamados grandes problemas mundiais. Lessa e Couto (2010) neste sentido argumentam que havia a necessidade de ser feito um “resgate social” na sociedade brasileira, profundamente afetada pelas crises do final dos anos 1990. Assim, já eram inseridos na agenda internacional brasileira, por exemplo, preceitos como combate à pobreza, promoção da cidadania e da inclusão social, consolidação da democracia e defesa dos direitos humanos, dentre outros.

O texto do PPA (2000-2003) enviado ao Congresso Nacional Brasileiro definia o Mercosul como “parceiro preferencial de inserção internacional do Brasil [...] e servia para reafirmar o compromisso brasileiro com o projeto de integração”. Houve neste momento a tentativa de retomada do comércio intra-Mercosul, o qual tinha sido afetado pela Crise de 1999, assim como a retomada do diálogo com a Argentina. No ano em que se celebravam os quinhentos anos da “descoberta” do Brasil, Brasília foi sede da Cúpula que reuniu onze chefes de Estado e de Governo, denotando um novo momento para a ordem regional.

Neste momento a criação da IIRSA (Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana), a qual caracteriza-se como fruto do movimento iniciado ainda na década de 1990, onde a identidade internacional brasileira é deslocada do eixo latino-americano para o sul-americano. Uma iniciativa dos doze países sul-americanos que objetivava promover o desenvolvimento regional da infra-estrutura em transporte, energia e comunicações, de forma sustentável e eqüitativa, através da integração física, no período 2000-2010.

O segundo governo de Cardoso demonstra ter legado à política externa brasileira, em grande medida devido ao contexto de desgaste das estratégias e preceitos relacionados ao chamado “primeiro mundo” e à ideologia neoliberal, aproximações mais pragmáticas com a região sul-americana. Em relação ao Mercosul, HAGE (2010) afirmou que teria havido empenho no período Cardoso em tornar este bloco coeso, objetivando, principalmente, a circulação de investimentos e pessoas, assim como a possibilidade do empresariado nacional treinar a participação internacional enquanto *global player*. Estratégias de inserção internacional que foram por ora mantidas, desenvolvidas,



aprofundadas ou ainda transformadas durante os dois governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010).

2.2 - POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E INTEGRAÇÃO REGIONAL NOS GOVERNOS LULA (2003-2010)

O governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva teve seu início marcado por grande expectativa interna e internacional. A ênfase dada às mudanças em relação ao governo FHC é reiterada no discurso de posse, no qual Lula relaciona a escolha feita pela esmagadora maioria da população brasileira nas eleições de outubro de 2002 – cerca de 53 milhões de votos - à “esperança” e expectativa por transformações e mudanças. Segundo Cervo e Bueno (2008), o ensaio do Paradigma Logístico de política exterior feito no segundo governo FHC, contribuiu para a entrada de Lula, que pautado neste padrão de atuação, consolidou a inserção internacional interdependente do Brasil.

Ao possibilitar uma modernização das plantas industriais, a presença de uma economia competitiva em nível de sistema global e a diminuição do Estado, a herança neoliberal teria contribuído diretamente para a elaboração deste modelo de inserção internacional brasileiro. A primazia das relações com os países chamados de primeiro mundo, a despeito das relações regionais e com países emergentes, por exemplo, refletiria, para aqueles autores, um dos efeitos limitadores da relativa perda da veia autonomista da política externa brasileira. Segundo Cervo e Bueno (2008), a ordem internacional que emerge no início do século XXI corresponderia a uma fase mais global porque explícita as redes de interdependência entre os países e os novos atores internacionais.

Tendo a globalização da democracia se revelado utópica e mesmo um fracasso de política externa, considerando a tentativa estadunidense no Iraque, surge a possibilidade viável de uma “democratização da democracia” como proposta política possível. O marco desta nova linha de ação se mostrou presente na política externa brasileira em 2003, na Conferência da Organização Mundial do Comércio, em Cancun. Desde então os países emergentes começaram a ocupar espaços de relevância na formulação das regras e não apenas assistir passivamente às negociações. O G20, grupo de



países organizados devido a essa Conferência em Cancun, representaria, portanto, o contra-poder formado por coalizões dos países chamados emergentes. Os traços deste propósito de “democratização da globalização” na política externa brasileira, de acordo com Cervo e Bueno (2008), fizeram-se notar, por exemplo, na retomada do papel central do Estado enquanto negociador internacional, na defesa dos interesses nacionais, nas alianças com emergentes de interesses e objetivos aproximados e/ou idênticos e, finalmente, em um diálogo pautado na cooperação e não mais na subserviência com os países considerados “desenvolvidos”.

A ideologia e os posicionamentos tradicionais do PT teriam sido suplantados por esta postura embebida em um novo realismo político, sendo que o “componente moral” atuaria como elemento diferencial deste realismo, ao adicionar discussões e ações políticas em relação ao combate à pobreza e à fome, por exemplo, Cervo e Bueno (2008). Diante da tendência global à formação de blocos, a política externa brasileira considerada essencialmente integracionista se apoiou nos processos de integração, visando, segundo Cervo e Bueno (2008), ao estabelecimento e a consolidação das chamadas redes de cooperação. O contexto sul-americano apresentava então governos abalados pelos efeitos do neoliberalismo, os quais buscavam soluções em projetos nacionais de desenvolvimento, bem como a adequação aos outros modos de inserção internacional. O discurso do presidente Lula na Sessão de Posse de seu primeiro mandato, no Congresso Nacional, anunciava claramente o papel central da América do Sul na política externa brasileira:

A grande prioridade da política externa durante meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológico do processo de integração. (...) Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. (Fragmento do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 01/01/2003).

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, completava ainda naquela ocasião que:

Consideramos essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos. A formação de um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infra-estrutura, terá repercussões positivas tanto internamente quanto no relacionamento da região com o resto do mundo. (Fragmento do discurso de Celso Amorim, 01/01/2003).



A política externa dos governos Lula, caracterizada por VILLA (2005) como “ativa e altiva”, reunia desde o seu princípio três elementos: a busca pela conquista da confiança dos mercados globais, a intensa atividade diplomática e o uso do capital simbólico da figura de Lula. As explicações que marcariam a transição da política externa dos governos Cardoso para Lula estariam, segundo o autor, relacionadas a quatro fatores: à “diplomacia do concreto”; Às origens políticas de esquerda, fundadas nas doutrinas do Partido dos Trabalhadores; Ao capital simbólico representado pela própria figura do presidente Lula; E finalmente ao perfil e histórico político dos principais formuladores de política externa hoje instalados em lugares chaves como o Ministério de Relações Externas e a Secretaria Política do Itamaraty.

Segundo relatório do Itamaraty⁴ sobre as relações comerciais e de investimento entre o Brasil e a América do Sul, no período 2003-2009 as exportações brasileiras para os países da região tiveram aumento de 165,6% (de US\$ 10,1 bilhões em 2003 para US\$ 27,0 bilhões no ano de 2009). Já as importações brasileiras tiveram um aumento de 149,0% (de US\$ 7,6 bilhões em 2003 para US\$ 19,1 bilhões em 2009). O superávit comercial do Brasil com a região, motivo de discussões e tensões acerca do modo com o qual este se posicionava diante das assimetrias no processo de integração, apresentou um aumento de 216,2%, passando de US\$ 2,5 bilhões no ano de 2003 para US\$ 7,9 bilhões em 2009.

O balanço da integração sul-americana para o mesmo período apresentava a coexistência entre vontade e coordenação política, no sentido de estruturar a institucionalidade necessária para a criação de mecanismos de coordenação e estabelecimento de projetos de cooperação, com a aproximação concreta em termos sociais e econômicos, considerando aqui o papel ativo da sociedade civil e de setores empresariais como necessárias para sua concretização. A integração sul-americana em questões relacionadas à educação, por exemplo, teve seu marco na Universidade Federal da Integração Latino Americana, criada em 2010 na fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai. Pela primeira vez o ensino do espanhol no Brasil e do português na Argentina tornou-se obrigatório.

⁴ Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/>



2.3 - BALANÇO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E INTEGRAÇÃO REGIONAL (2000-2010)

Nos governos Lula houve um aperfeiçoamento de elementos do Estado logístico, sendo que este paradigma contribuiu para a integração regional da América do Sul, justamente por perceber a importância de elementos intangíveis, tais como geração de conhecimento, ciência e tecnologia para uma inserção competitiva do país, o qual atua a partir da plataforma regional de inserção internacional (Cervo, 2008). Ao apontar as considerações acerca do paradigma logístico, Couto (2010:26) afirmava que

[...] Ainda percebe na região a plataforma preferencial de internacionalização das empresas nacionais, que se converte em captação de poupança externa para fortalecer seu próprio desenvolvimento, enquanto contribui para o desenvolvimento dos países vizinhos.

Couto (2008) ao fazer um apanhado sobre os debates da academia a respeito dos elementos de continuidade e ruptura entre os governos FHC e Lula, estabelece duas principais correntes: intensificação e continuidade e continuidade e mudanças qualitativas. Na primeira corrente observa-se a existência de uma intensificação na política externa de Lula no relacionamento com a América do Sul, assim como características de continuidade com relação à política externa dos governos FHC. A segunda corrente aponta para além das continuidades da política externa nos governos Lula, as mudanças consideradas em termos qualitativos.

O marco da política externa em Lula teria sido a opção estratégica pelo processo de institucionalização do multilateralismo. Este processo foi ao encontro das propostas do projeto de integração do governo, apresentando coerência de ações com relação ao objetivo de construir um espaço sul-americano. A institucionalização configuraria, segundo Couto, uma maior estabilidade e previsibilidade ao processo de integração visto que a partir do momento em que determinada iniciativa institucionaliza-se, é conferido a mesma um status de ator político internacional, sendo *a priori* tratada como política de Estado.



A perspectiva da política externa em Lula para a região sul-americana foi muito mais assertiva, denotando forte preocupação regionalista, marcada, acima de tudo, por uma forte institucionalização (SOUTO MAIOR, 2006; Couto, 2008). ALMEIDA (2008) afirmava ainda que em FHC a prioridade regional ficou mais no terreno retórico, com exceção da proposta IIRSA. Em Lula, houve um prevalecimento de continuidades, confirmação daquela retórica e efetiva atuação política, visto que, por exemplo, todos os chefes de Estado da região foram visitados ou recebidos durante os governos Lula. VIGEVANI (2008), por sua vez, afirmava que o processo de integração regional com FHC seguia mais uma estratégia de retórica como meio de inserção internacional. Com Lula, houve o reconhecimento e a construção de ações efetivas, isto é, para além da ênfase retórica presente em FHC. Vigevani salienta ainda que as mudanças existiram dentro da continuidade, ou seja, mudanças e ajustes necessários ao processo de transição da PEB.

A questão da liderança brasileira, por exemplo, não era destaque na política externa de FHC e, segundo Vigevani, ganhou algum espaço nos governos Lula, visto que haveria uma “cobrança dos vizinhos para que o Brasil assumira este papel” (p.12). A institucionalização do diálogo multilateral iniciado por FHC teve em Lula, além das continuidades e aprofundamentos, a chamada “realização de retóricas” e a ampliação da agenda. O ponto de inflexão entre os programas de FHC e Lula para a América do Sul foi, segundo Couto (2008), o reconhecimento e a atenção despendidos em relação às assimetrias regionais. Para este autor, a aproximação dos países sul-americanos tenderia a prosseguir visando esta preocupação com as assimetrias, o desenvolvimento e a inclusão dos países, denotando um possível avanço para além dos limites da integração restrita às dimensões econômico-comerciais.

3 - A INICIATIVA PARA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA

Segundo Ribeiro e Kfuri (2011), o novo modelo de regionalismo presenciado pela América do Sul nos últimos anos está inserido em um contexto de aceleração de fluxo de investimentos estrangeiros, maior dinamismo das economias sul-americanas, adensamento da integração



estrutural e acentuado envolvimento dos atores público-privados. Ao voltar-se para a integração regional nos aspectos físicos, energéticos, institucionais e sociais, o regionalismo estrutural de avanço lento, dada a natureza das suas ações, mas que, segundo as autoras, demonstrava sinais no adensamento da integração estrutural e na cooperação entre atores públicos e privados.

A IIRSA visava a promoção do desenvolvimento regional da infraestrutura de transporte, energia e comunicações, de forma sustentável e eqüitativa, através da integração física dos países sul-americanos. O novo modelo de inserção internacional, ou ainda o Regionalismo Estrutural, contempla justamente estes aspectos físicos, energéticos, institucionais e comerciais da integração regional, apregoados pela IIRSA. O que evidencia o movimento comum dos países da região em prol da recuperação das capacidades estatais na promoção do desenvolvimento. A seguir apresentaremos os principais elementos da IIRSA, a saber, a Estrutura Institucional, os Princípios Norteadores e os Eixos de Desenvolvimento.

3.1 - ESTRUTURA INSTITUCIONAL

A estrutura institucional da IIRSA era composta pelo Comitê de Direção Executiva (CDE), (Comitê de Coordenação Técnica), Grupos Técnicos Executivos (GTEs). O CDE era integrado por representantes de alto nível, isto é, Ministros das áreas relacionadas com transporte, energia, telecomunicações, etc, dos respectivos países integrantes e tinha como principais funções a definição das orientações estratégicas do modelo de desenvolvimento da Iniciativa, a fixação de metas, objetivos e prioridades para implementação dos planos de ação, assim como fornecer orientações aos governos nas políticas dos planos de ação através de análises provenientes dos GTEs (Grupos Técnicos Executivos) e das propostas do CCT (Comitê de Coordenação Técnica).

O Comitê de Coordenação Técnica (CCT), por sua vez, era formado por representantes dos organismos financeiros da IIRSA: Corporación Andina de Fomento (CAF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), assim como a representantes do setor privado. Suas principais funções eram as de



coordenar as atividades dos GTEs e organizar resoluções do CDE, fomentar a participação do setor privado, fornecer assessoramento financeiro aos países, GTEs e Comissões Nacionais na operação e no financiamento do projeto. A sede permanente do CCT estava junto a sede do Instituto de Integração da América Latina e Caribe, em Buenos Aires.

Os Grupos Técnicos Executivos (GTEs) eram integrados por funcionários especializados, designados pelos governos dos países integrantes, sendo constituído para cada eixo de integração e para cada um dos Processos Setoriais de Integração (PSI), aprovados pelo CDE. Seus objetivos eram o de definir a viabilidade dos projetos, compatibilizar marcos normativos, realizar estudos sobre impactos ambientais e sociais, buscar mecanismos que impulsionassem o desenvolvimento de zonas econômicas diferentes e propor à CCT a contratação de apoio técnico especializado.

O Comitê de Coordenação Técnica (CCT), enquanto braço executivo do CDE, encabeçado pelo BID, CAF e FONPLATA, atuou com vistas a promover a participação da iniciativa privada no financiamento e operacionalização dos projetos, na captação de recursos públicos e privados para a implementação dos projetos. COUTO (2010:40) afirmava que “[...] A IIRSA nasce com uma concepção de alavancar investimentos privados na infra-estrutura regional. Os investimentos na área, no Brasil, começavam a diminuir com a redução da agenda privatizadora empreendida na década de 1990.”

O direcionamento em relação ao setor privado foi revisado nos governos Lula. O Estado brasileiro passou a ser ativo em termos de apoio e direcionamento das forças de mercado para setores de investimentos considerados estratégicos. Deste ponto advém o redirecionamento do papel desempenhado pelo BNDES, ao apresentar um orçamento superior ao do BID e ao do CAF, atuando, a partir de 2003, como órgão financiador da América do Sul tanto em termos de integração da infra-estrutura regional, quanto de exportação de bens e serviços e investimentos diretos de empresas brasileiras (MANTEGA, 2005).

Destacando-se o financiamento da internacionalização de empresas nacionais como Odebrecht, Petrobrás, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão



através do BDNES a fim de realizar obras de infra-estrutura regional, o Brasil teria aprovado desde o ano de 2003 cerca de US\$ 10 bilhões em financiamento para obras de infra-estrutura na região. O papel do BID teria se limitado ao financiamento de estudos e projetos, ao invés do aporte de um maior volume de financiamentos, os quais deveriam, segundo expectativas iniciais, contar como uma chancela a fim de assegurar maior crédito internacional aos projetos IIRSA. De acordo com o relatório do Itamaraty sobre a política externa brasileira em infra-estrutura na América do Sul no período 2003-2010, a maior parte dos resultados obtidos em termos de obras executadas devem existência aos programas brasileiros de financiamento à exportação, através do BNDES e do BB-Proex, além da atuação individual do CAF.

3.2 – PRINCÍPIOS NORTEADORES

No que tange aos princípios da IIRSA utilizados para orientar as ações dos países e das instituições financeiras envolvidas, os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) versavam sobre a organização do espaço sul-americano em faixas multinacionais onde se concentrariam fluxos de comércio, tanto atuais quanto potenciais a fim de promover o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais.

A sustentabilidade econômica, social, ambiental e político-institucional, o aumento do valor agregado da produção, ou seja, o melhoramento da qualidade e produtividade de bens e serviços, a tecnologia da informação dispendo acerca da superação de barreiras geográficas através das tecnologias de comunicação, a convergência normativa no intuito de compatibilizar as regras que regem as atuações da iniciativa privada, promovendo a convergência entre os países, e, por fim, a coordenação público-privada contemplando a coordenação e a formação de lideranças compartilhadas entre os governos e o setor empresarial privado.

3.3 - EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

Os eixos de integração e desenvolvimento dispõem sobre a organização do espaço sul-americano e são considerados um dos princípios norteadores da Iniciativa. Foram definidos de acordo com a “vocação econômica” de cada



região em “[...] em faixas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais para promover o desenvolvimento de negócios e cadeias produtivas”, segundo informações do site institucional da IIRSA. É conveniente ressaltar mais uma vez a contribuição dos estudos concernentes aos Eixos Nacionais de Integração para com os projetos da IIRSA. De acordo com o PPA 2000-2003, a nova geografia do Brasil seria pautada nesses Eixos eixos, sendo que:

O Estudo traçou um novo mapa sócio-econômico para o Brasil e identificou uma série de oportunidades de investimento da ordem de US\$ 165 bilhões, indispensáveis para o desenvolvimento sustentável e integrado, nacional e internacionalmente, da economia brasileira, e distribuídas em projetos de infraestrutura econômica; desenvolvimento social; meio ambiente; e informação e conhecimento. (texto extraído do PPA-2003).

O mapa foi estruturado com dez eixos de integração com o intuito de viabilizar os fluxos comerciais, a fim de promover o desenvolvimento continental, formatando as chamadas cadeias produtivas integradas. Em síntese, cada eixo (Andino, Amazonas, Capricórnio, Guianas, Hidrografia Paraguai Paraná, Interoceânica Central, Mercosul-Chile, Peru-Brasil-Bolívia e do Sul) teria sua própria vocação produtiva e potencialidade para gerar negócios. Para ilustrar, apresentaremos apenas um exemplo da maneira com a qual cada Eixo era apresentado nos relatórios da IIRSA. Na próxima seção apresentaremos os avanços em cada um dos Eixos, visto que o objetivo deste trabalho é focar os avanços, mudanças e continuidades da IIRSA, a partir, principalmente, das informações disponibilizadas no Banco de Dados dos Projetos IIRSA.

O Eixo do Amazonas compreendendo uma área de influência de 5.657.679 km², o equivalente, segundo dados da IIRSA, a 50,52% da soma da superfície total dos países que formam o eixo: Brasil, Colômbia, Equador e Peru, consumaria a possibilidade de ligar os oceanos Pacífico e Atlântico, conectando os portos de Tumaco (Colômbia), San Lorenzo, Esmeraldas, Manta (Equador) e Paita (Peru) com os portos brasileiros de Manaus e Belém, aliando-se à quantidade de recursos naturais – este eixo abrigaria 40% da biodiversidade do planeta e algo entre 15 e 20% da água doce não congelada.



Em relação às condições de infra-estrutura da região em que se encontra o Eixo Amazonas, em 2011, conclui o relatório que

Em suma observa-se que cada país membro tem redes internas que satisfazem suas necessidades atuais. No entanto, as conexões internacionais na Amazônia em geral são precárias e constituem pontos críticos que os projetos incorporados aos grupos do eixo contribuem para resolver. (p.74).

No que tange ao potencial de desenvolvimento do Eixo, é destacado pela IIRSA que a tradicional ênfase ao eixo enquanto corredor bioceânico deveria ser suplantada pelo estímulo aos movimentos locais/regionais. Isto é, a consolidação do eixo deveria se dar primeiramente por ações nacionais, com enfoque especial às atividades agrárias, florestais e turísticas.

4 – BALANÇO IIRSA: AVANÇOS, CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Os pontos centrais de concordância entre os países membros durante o contexto de surgimento e desenvolvimento da IIRSA foram, segundo Couto (2008), principalmente, em relação ao consenso político no tocante à Carteira de Projetos, o aval das instituições financeiras internacionais e a harmonização regulatória entre os países, reduzindo riscos e custos de investimentos privados nos projetos da integração, denotando um alto grau de sofisticação no diálogo e acerto entre os países sul-americanos. A partir de 2010 a IIRSA passa a compor a estrutura do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), órgão integrante da União das Nações Sul-americanas (UNASUL). Inclusive constam entre os objetivos gerais do COSIPLAN, o fomento da cooperação regional em infra-estrutura mediante alianças estratégicas entre os Estados membros da UNASUL e avaliar alternativas para o financiamento dos projetos prioritários para a integração em infra-estrutura.

A despeito das mudanças de governos, os projetos com o nome da IIRSA deveriam manter determinado grau de prioridade dos demais projetos. Segundo documentos disponibilizados pelo site institucional da IIRSA, a Carteira Consensuada apresentava no fim do prazo – junho de 2010 – 10,1% dos projetos concluídos, 33,4% em fase de execução e 30,2% em fase de preparação ou fase pré execução. Em relação ao setor que correspondiam, 86,1% dos projetos estavam no setor de transporte (com 45,9% de projetos no



setor rodoviário); 12,2% no setor de energia (com preponderância aos projetos de hidrelétricas – 63% dos projetos desta tipologia- e investimentos da ordem de 42,3% do total da Carteira); 1,7% no setor de comunicação (destaque para projetos relativos à fibra ótica).

Em relação às continuidades e mudanças na política externa brasileira no que tange à integração regional em infra-estrutura, especificamente no que diz respeito à Iniciativa, segundo Couto, mudanças pontuais foram sentidas a partir do governo Lula. Em um primeiro momento, tratada com receio, visto que existiam discordâncias nos modos com que a Iniciativa era conduzida e em como alguns temas eram tratados. Posteriormente, incorporada à política externa.

As discordâncias entre Lula e FHC foram, sobretudo, nas áreas de trabalho técnico, planejamento territorial e GTE (Grupos Técnicos Executivos). No início, eram divididos em GTEs subordinados ao CCT (Comitê de Comissão Técnica), por sua vez composto pelas instituições financeiras – CAF, BID e FONPLATA- e recebendo as orientações do CDE (Comitê de Direção Executiva). O GTE no setor energético, por exemplo, sofreu alterações no governo Lula, tanto em seu nome quanto em sua abordagem. Antes denominado Marcos Normativos em Mercados Energéticos, o que denotava, segundo Couto, um posicionamento essencialmente privatista do setor, teve suas atividades estancadas em 2004, durante a 6ª Reunião da CDE.

Em 2006, a integração energética saiu dos escopos da IIRSA, por escolhas dos governos. No tocante à estrutura da IIRSA, a participação dos ministros no CDE era baixa, de acordo com as presenças registradas nas atas de reuniões, ainda que os encontros fossem anuais e visassem à aprovação de trabalhos e emanação de orientações ao CCT. Em 2002, a instância das Coordenadorias Nacionais se reuniu pela primeira vez e somente a partir de 2006 estas passaram a ter espaço formal para reuniões, a fim de discutir as linhas da iniciativa sem a presença da CCT. Isto significaria, segundo Couto, a influência excessiva dos bancos na Iniciativa.

Do total de 524 projetos e do investimento estimado em US\$ 96.119,2 bilhões, foram concluídos 53 projetos (36 no setor de transporte, 16 no setor de

energia e 1 no setor de comunicação). 158 estavam em pré-execução – o que inclui fases de pré- factibilidade, factibilidade e investimento- (143 no setor de transporte, 14 no setor de energia e 1 no setor de comunicação); E por fim, 138 projetos estavam em perfil, isto é, em fase muito preliminar ou em ideia (113 no setor de transporte, 19 no setor de energia e 6 no setor de comunicação).

CARTEIRA IIRSA 2010	TOTAL	CONCLUÍDO	EXECUÇÃO	PRÉ-EXECUÇÃO	PERFIL
TRANSPORTE	451	36	159	143	113
ENERGIA	64	16	15	14	19
COMUNICAÇÕES	9	1	1	1	6
	524	53	175	158	138

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site institucional da IIRSA, 2011.

De acordo com os dados da tabela acima, destacaram-se os projetos no setor de transporte e segundo a Carteira de Projetos 2009, dos 510 projetos, 77,6% contavam com financiamento privado, isto é, um investimento estimado em US\$36.758,9 milhões.

Carteira de Projetos 2009 do Eixo por Tipo de Financiamento

Dos 510 projetos, 78% contam com financiamento público-privado e os outros 10% com financiamento privado.

Tipo de Financiamento	Projetos		Investimento estimado ¹	
	Nº	%	Em US\$ milhões	%
Público	396	77,6	36.758,9	49,3
Público-Privado	62	12,2	23.402,2	31,4
Privado	52	10,2	14.381,2	19,3
TOTAL ⁴	510	100,0	74.542,3	100,0

Fonte: Site Institucional IIRSA. Disponível em:

http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/info09_general_por.pdf

A seguir serão apresentados os avanços em cada Eixo de Integração e Desenvolvimento, a partir da Base de Dados da Carteira de Projetos IIRSA.

Como parte dos Projetos-Âncoras, o Eixo Andino apresentava investimento estimado em US\$667,2 milhões distribuídos em 11 projetos.



Destes, oito contavam com financiamento público, dois com financiamento público-privado e um com financiamento privado. Nove estavam no setor de transporte, um no setor de energia e um no setor de comunicação. Em junho de 2010, seis projetos estavam em execução, três em pré-execução e dois em perfil, isto é, ainda em processo de avaliação e estudo. Destacava-se, em termos de investimento, o projeto Corredor Viário Santa Marta- Paraguachón-Maracaibo-Barquisimeto-Acarigua (Colômbia e Venezuela), com um valor estimado em US\$492,9 milhões.

Segundo dados da IIRSA estimaram-se o PIB do Eixo Amazonas no ano de 2008 em US\$150,5349 bi, a soma dos PIBs dos países integrantes do eixo teria variado positivamente no período 2000-2008 em 35,65%. As exportações em oito anos teriam variado positivamente em 324,59%, segundo dados da CEPAL. O crescimento das exportações intrazona foi de 3,95% em 2000 para 4,59% em 2008. Como parte dos Projetos-Âncoras, o Eixo Amazonas apresentava em junho de 2010 oito projetos no investimento estimado de US\$1.995,1 bilhão. Destes, todos se encontravam no setor de transporte, cinco tinham financiamento público e três público-privado. O projeto de Melhoramento da navegabilidade do sistema Solimões – Amazonas (Brasil) estava concluído. Destaca-se neste Eixo o projeto em execução Rodovia Cuiabá-Santarém, com investimento estimado em US\$900 milhões.

O Eixo de Capricórnio apresentava no âmbito dos Projetos-Âncora um investimento estipulado em US\$237,0 milhões, distribuídos em cinco projetos, todos no setor de transporte, dos quais quatro eram com investimento público e um com investimento público-privado. Em junho de 2010 estava aprovado um projeto deste eixo: Acessos ao passo de Jarna (Rodovia nacional nº52 – entroncamento com a Rodovia nacional nº9- limite com o Chile)/Argentina. O Eixo Escudo das Guianas apresentava em junho de 2010 quatro projetos distribuídos em um investimento estimado no valor de 1.230,4 bilhões, todos com financiamento público e no setor de transportes. Três dos projetos se encontravam em execução e um em pré-execução. Destacava-se o projeto para Recuperação de Rodovia Caracas-Manaus (Brasil e Venezuela), com US\$480,0 milhões em investimentos estimados.



Em relação aos resultados dos Projetos-Âncora, o Eixo Hidrografia Paraguai-Paraná contabilizava, em junho de 2010, um investimento estimado em US\$110 milhões, distribuído entre cinco projetos do setor de transportes; Três destes projetos contavam com financiamento público e dois público-privado. Com dois projetos em execução, um perfil e outros dois em pré-execução, destacavam-se: Projeto Binacional de Transposição de Itaipu (Brasil e Paraguai), de financiamento público-privado e em pré execução; Melhoramento de navegabilidade do Rio Paraguai (Assunção-Apa); Projeto de Melhoramento da navegação dos rios Paraná e Paraguai de Santa Fé a Assunção (Argentina e Brasil); Projeto Binacional de Melhoramento de navegabilidade no rio Uruguai (Argentina e Uruguai).

Com um investimento estipulado em US\$1997,0 milhões, seis projetos, todos do setor de transporte, dentre os quais quatro recebiam financiamento público e dois financiamento público-privado, apenas um encontrava-se no mês de junho de 2010 em execução. Quatro estavam em pré-execução e um em perfil. Os destaques do Eixo Interoceânica Central eram os projetos: Anel ferroviário de São Paulo – trechos norte-sul (Brasil), em fase de pré-execução, financiamento público-privado e investimento estipulado em US\$850 milhões; Construção da Rodovia pailón-San José-Puerto Juarez (Bolívia), em execução e com financiamento público na ordem estimada de US\$477milhões.

Dos sete projetos do Eixo Mercosul-Chile, cinco tem financiamento público, um privado e um público-privado. O investimento estimativo de US\$6.277 milhões divide-se em seis projetos do setor de transportes e um do setor de energia (concluído). O Sistema de Itaipu (existente) entre Brasil e Paraguai e já concluído teve um investimento estimado em US\$6.000 milhões, através de investimento público. O Projeto Ferroviário Los Andes (Chile) – Mendoza (Argentina) – (Ferrovia Transandina Central) – Argentina e Chile estava em pré execução em junho de 2010, com um investimento aproximado de US\$5.100,00 a partir de financiamento privado.

O Eixo Peru-Brasil-Bolívia conta com três projetos no âmbito dos Projetos Âncoras, um investimento estimado em US\$2.234,3 milhões, sendo todos do setor de transportes, dois com financiamento público e um privado. O



projeto sobre Pavimentação Iñapari Puerto Maldonado – Inambari – Inambari – Juliaca/Inambari-Cusco (Peru) estava em execução no mês de junho de 2010. A Ponte Binacional sobre o Rio Mamoré entre Guayaramerín e Guajará-Mirim (Bolívia e Brasil), projeto do setor de transportes, com investimento estimado em US\$150 milhões e financiamento público, por sua vez, estava em estágio de pr  execu o. A Navega o do Rio Madeira, pol mico projeto em estágio de perfil, engloba trecho entre Porto Velho e Guajará Mirim (Brasil), com investimento de US\$700 milhões e financiamento público.

Englobam o Eixo do Sul os seguintes projetos: Implementa o do Controle de Integra o de Fronteiras em Pino Hachado (Argentina e Chile), em fase de pr  execu o (junho/2010), com investimento de US\$8 milhões e financiamento público; Adequa o e Manuten o da Rodovia de Interlagos no Chile (Chile) em execu o, com investimento de US\$175 milhões e financiamento público; Adequa o e Manuten o da Rodovia Interlagos na Argentina (Argentina), do setor de transportes, em execu o (junho/2010), financiamento público e investimento de US\$200 milhões.

Conforme já mencionado a IIRSA passou a compor a estrutura do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan),  rgo integrante da União das Na es Sul-americanas (UNASUL): como foro técnico para temas relacionados com planejamento e integra o física regional sul-americana, teve o estatuto e regulamento aprovados em junho de 2010, na cidade de Quito. Em rela o   integra o em infra-estrutura, a brasileira Mirian Belquior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, afirmou que esta se constituiu como uma das principais áreas de trabalho da UNASUL, justamente por proporcionar benefícios considerados concretos e permanentes, sendo a cria o do Cosiplan, em 2009, considerada o suporte político para as atividades de infra-estrutura.

A síntese dos resultados alcançados pela IIRSA em seus dez anos de existência, apresentada pelo MRE no final do ano de 2010, considerou que:

[...] o exercício foi muito útil no diagnóstico das necessidades de infraestrutura física na região, desenvolvimento de metodologias adequadas e sistematiza o da carteira de projetos. Não foi suficiente para resolver a questão do financiamento de longo prazo, em condi es adequadas. (p.14).



Embora constituísse um dos princípios norteadores utilizados para orientar as ações dos países e das instituições financeiras envolvidas na IIRSA, a coordenação público-privada visando à formação de lideranças compartilhadas entre os governos e os setores empresariais privados, o relatório de 2011 elaborado pela IIRSA e aprovado pelo Comitê Coordenador do COSIPLAN, no que tange ao tipo de financiamento da Carteira de Projetos, afirmava que 74,4% dos investimentos correspondem a projetos de caráter público. De acordo com o Ministro brasileiro João Mendes Pereira, responsável pela Coordenação-Geral de Assuntos Econômico para a América Latina e Caribe, o governo brasileiro teria aprovado desde o ano de 2003 cerca de US\$ 14 bilhões distribuídos entre 100 financiamentos de projetos de infra-estrutura regional, aprovados ou em vias de aprovação.

Convém salientar que a busca pela coordenação público-privada não aparece no Estatuto de Criação do COSIPLAN tal qual constava entre os princípios da IIRSA. A busca pela integridade e complementariedade das políticas, programas e projetos de infra-estrutura, segundo os princípios do COSIPLAN, não pode estar desvinculada do desenvolvimento sustentável e da 'harmonia com a natureza'. A participação cidadã e o pluralismo, bem como o respeito aos direitos de todos os povos e sua diversidade multicultural, multiétnica e plurilíngue, o reconhecimento da gradualidade e flexibilização na implementação dos projetos, considerando as diferentes realidades dos países, somam-se à solidariedade e cooperação na avaliação e prioridade dada aos projetos, formando princípios da diferentes daqueles presentes na IIRSA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática mantida pelas Instituições Financeiras Multilaterais de impor como condição para acesso ao crédito, exigências de reformas em diversas áreas das políticas públicas, acarretando impacto sobre a vida das populações e da sustentabilidade ambiental é uma das críticas à IIRSA. Notícias sobre os financiamentos feitos pelo BNDES a fim de promover projetos de infra-estrutura, o que vem fomentando diretamente o “matrimônio” entre o Estado



brasileiro e as empresas nacionais, colocam em pauta o papel de *liderança hegemônica* desempenhado pelo Brasil. Segundo SACCOMANDI(2011),

Esse matrimônio tem permitido o financiamento de obras importantes na região e ajudado empresas brasileiras a obter contratos nos países vizinhos. Essas obras em geral significam mais exportações de bens e serviços brasileiros. Mas a junção do poder de fogo do Estado brasileiro com o de grandes empresas nacionais gera uma percepção de abuso de poder econômico. E pode gerar reação nacionalista. (Saccomandi, Humberto. Por que os vizinhos desconfiam do Brasil? Valor Econômico, 27/07/2011.)

Segundo HOFMEISTER (2007), o governo Lula (2003-2010) teria reclamado abertamente o papel de líder regional sul-americano para o Brasil. Além do envolvimento internacional brasileiro e o estreitamento das relações multilaterais entre os países sul-americanos, destacam-se as negociações em torno da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e seu “arquivamento” denotando um Brasil que pleiteou de forma bastante clara um maior grau de iniciativa da América do Sul diante dos Estados Unidos.

Extremamente ativo nas iniciativas, tais como o marco histórico da primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, a organização de um secretariado permanente da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) em Brasília, no ano de 2002, vinte e cinco anos depois do seu início em 1978; A Comunidade Sul-Americana de Nações (2004); a União das Nações Sul-Americanas (2008); a Cúpula Energética Sul-Americana (2007), além das tropas engajadas na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), a função estabilizadora do Brasil na política de segurança internacional, dentre outras. No tocante à IIRSA, a liderança compartilhada entre atores públicos e privados, um dos princípios norteadores da IIRSA, dividiu espaço com o Estado brasileiro que passou efetivamente a encabeçar os financiamentos de projetos em infra-estrutura por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Observa-se aqui o Estado promotor de desenvolvimento nos moldes do paradigma logístico apontado por Cervo (2008), posicionando-se ainda como liderança regional e fiadora sob o aval do BNDES. O papel ocupado pelo BNDES e pelas empresas brasileiras no processo de integração regional sul-



americano demonstra que a IIRSA tornou-se um espaço de confluência e articulação de interesses que abrangem diferentes espaços institucionais e atores: agentes financeiros, governos, agências internacionais fornecedores de matérias prima, empreiteiras, instituições de pesquisa e acadêmicas, sindicatos, agência de arrematação de trabalhadores para as obras, isso tudo nas esferas locais, regionais, nacionais e internacionais (VERDUM, 2007).

Conforme aponta Vasconcellos (2011:215) “A integração política é resultado de um processo dialogado entre as partes, pensado em seus princípios e conseqüências, evidenciando um claro posicionamento e vontade política dos Estados envolvidos.” Assim, os entraves e as possíveis desconfiânças que porventura possam envolver tanto as principais obras de infra-estrutura dos Eixos, a liderança do Brasil ou qualquer outra questão que envolva os interesses regionais devem ser analisados a partir de um viés que privilegie efetivamente os ideais políticos, sociais, ambientais e econômicos entre todos os países envolvidos. As mudanças nos princípios do Conselho Sul-Americano de Infra-Estrutura e Planejamento em relação aos princípios da IIRSA sugerem que os Estados Membros da UNASUL consideraram algumas das demandas colocadas pelas críticas à IIRSA.

Espaços de debate e intercâmbio de informação para a integração regional tais como o Congresso de Cultura e Educação para Integração da América Latina (CEPIAL), devem ser aproveitados com intuito de fortalecer as teias que de fato constroem a integração. Embora estas teias sejam quase invisíveis perante o poder das instituições e a lógica do *subdesenvolvimento sustentável* apontada por PROCÓPIO (2009), isto é, a lógica da exploração de recursos naturais voltada aos interesses da economia agroexportadora regional, são o que efetivamente sustenta tamanho ideal de integração regional, funcionando como espaço para a efetiva participação cidadã.

6 - REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de (2004) “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula”. Revista Brasileira de Política Internacional v.47, n. 1: 162-184.

BARNABÉ, Israel Roberto. O Itamaraty e a Diplomacia Presidencial nos governos FHC e Lula. Disponível em: <
http://www6.ufrgs.br/intrel/Artigo_Diplomacia_Presidencial.pdf>

CERVO, Amado Luiz (2008). BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil – 3ªEd. – Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CERVO, Amado Luiz (2008). Inserção Internacional, formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva.

_____ (2008) Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/358/35846201.pdf>>

CECEÑA, Ana Esther; BONILHA, Patricia. Hegemonia VS Utopia(2009). Revista Contra Corrente, Nov.2009.Disponível em: <http://www.esplar.org.br/download/Contra%20Corrente2.pdf>

COSIPLAN (Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento). Estatuto do COSIPLAN. Disponível em: <http://www.unasursg.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=95:consejosuamericano-de-infraestructura-y-planeami&id=335:estatutos-del-consejo-de-infraestructura-y-planeamiento>

COUTO, Leandro Freitas (2006). Política Externa Brasileira para a América do Sul – as diferenças entre Cardoso e Lula. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6591/5160>>

_____ (2006) A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana - IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. OIKOS - Revista de Economia Heterodoxa. Vol. 1, n. 05: 88-102.

FERRER, Aldo (2000). A relação Argentina-Brasil no contexto do Mercosul e a integração sul-americana. Política Externa, São Paulo, v.9, n.2: 5-17.

GALEANO, Eduardo (1976). As veias abertas da América Latina: tradução de Galeano de Freitas, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GARZÓN, Luiz Fernando Novoa. BNDES y el desborde imperialista de Brasil. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/mediafiles/download/bndesnovoa.pdf>>

HAGE, José Alexandre Altahyde (2010). Reflexões sobre a política externa brasileira e integração regional. In Cadernos Adenauer XI (2010), nº 4: 77-95. O Brasil no contexto político regional. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

HOFMEISTER, Wilhelm (2007). No obediência, pero mayor interdependência: La relacion Del Brasil com sus vecinos. In: O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências. / org. Sérgio Costa, Hartmut Sangmeister e Sonja Steckbauer. – São Paulo: Annablume: 77-98.

IIRSA. Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/index01.asp?CodIdioma=ESP>>

_____ (2009). Planificação territorial indicativa: carteira de projetos IIRSA 2009. Disponível em: < www.iirsa.org>

_____ (2011). Banco de Dados dos Projetos IIRSA. Disponível em: < <http://www.iirsa.org/proyectos/>>

LESSA, Antonio Carlos; COUTO, Leandro Freitas; FARIAS, Rogério de Souza (2009). Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de

Cardoso a Lula (1995-2008). Revista Brasileira de Política Internacional, v. 52, n. 1, p. 89-109.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 2005, vol.48, n.1 [cited 2009-04-16], pp. 24-59. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292005000100002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0034-7329. doi: 10.1590/S0034-73292005000100002.

MACHADO, Danilo Vergani.
O estado logístico brasileiro e a crise financeira mundial: motivos para orgulho? Disponível em: <<http://meridiano47.info/2009/03/27/o-estado-logistico-brasileiro-e-a-crise-financeira-mundial-motivos-para-otimismo-por-danilo-vergani/>>

MARTINS, Antonio. MONIZ, Bandeira e a emergência da América do Sul. Disponível em: <http://ponto.outraspalavras.net/2010/08/19/moniz-bandeira-e-a-emergencia-da-america-do-sul/>

PROCÓPIO, Argemiro (2009). Subdesenvolvimento sustentável. Curitiba: Juruá.

RIBEIRO, Daniela e KFURI, Regina (2011). A nova integração regional e a expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul. In: Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas / org. João Paulo Saraiva Leão Viana, Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos e Vinícius Valentin Raduan Miguel. Porto Velho: Edufro.

SENNES, Ricardo (2004). As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Editora UFRGS.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P (2004). O Brasil e o regionalismo continental frente a uma ordem mundial em transição. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a03v49n2.pdf>

VASCONCELLOS, Patrícia Mara Cabral de (2011). A IIRSA e a Segurança Regional: Os reversos da Integração da Amazônia no Eixo Peru-Brasil-Bolívia. In: Integração Sul-Americana: desafios e perspectivas / org. João Paulo Saraiva Leão Viana, Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos e Vinícius Valentin Raduan Miguel. Porto Velho: Edufro, 2011. pp. 200-223.

VERDUN, Ricardo (org.). Financiamento e Megaprojetos (2008). Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana / Eduardo Gudynas ... [et al] - Brasília: Inesc, 2008. Disponível em: <http://www.boell-latinoamerica.org/download_pt/INESC_Financiamento_e_megaprojetos.pdf>

VIGEVANI, Tullo and CEPALUNI, Gabriel (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto int. [online]. 2007, vol.29, n.2 [cited 2009-04-16], pp. 273-335. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=

VILLA, Rafael Duarte (2005). Política externa do governo Lula: continuidades e rupturas. Revista ADUSP. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/revista/34/r34a02.pdf>